

An aerial photograph of a rural landscape. The image shows a patchwork of agricultural fields in various shades of green and brown, separated by thin lines representing roads or field boundaries. A large, dense forest of green trees is situated in the upper-middle part of the image, casting shadows on the surrounding fields. The overall scene is a typical agricultural landscape.

**SEVEN**

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS  
2024

# TRAJETÓRIAS EPISTEMOLÓGICAS DA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NOS ESTUDOS AGRÁRIOS

João Emerson Cunha Silva



An aerial photograph of a rural landscape, showing a patchwork of agricultural fields, a central forested area, and winding roads or paths. The image is in black and white, with a slightly desaturated, high-contrast appearance.

**SEVEN**

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS  
2024

**TRAJETÓRIAS EPISTEMOLÓGICAS  
DA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE  
DO CONCEITO DE TERRITÓRIO  
NOS ESTUDOS AGRÁRIOS**

João Emerson Cunha Silva

**EDITORA CHEFE**

Prof<sup>o</sup> Me. Isabele de Souza Carvalho

**EDITOR EXECUTIVO**

Nathan Albano Valente

**AUTOR DO LIVRO**

João Emerson Cunha Silva

**PRODUÇÃO EDITORIAL**

Seven Publicações Ltda

**EDIÇÃO DE ARTE**

Alan Ferreira de Moraes

**EDIÇÃO DE TEXTO**

Natan Bones Petitemberte

**BIBLIOTECÁRIA**

Bruna Heller

**IMAGENS DE CAPA**

AdobeStok

2024 by Seven Editora

Copyright © Seven Editora

Copyright do Texto © 2024 Os Autores

Copyright da Edição © 2024 Seven Editora

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.

Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



O conteúdo deste Livro foi enviado pelo autor para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

## CORPO EDITORIAL

### EDITORA-CHEFE

Profº Me. Isabele de Souza Carvalho

### CORPO EDITORIAL

Pedro Henrique Ferreira Marçal - Vale do Rio Doce University  
Adriana Barni Truccolo - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
Marcos Garcia Costa Morais - Universidade Estadual da Paraíba  
Mônica Maria de Almeida Brainer - Instituto Federal de Goiás Campus Ceres  
Caio Vinicius Efigenio Formiga - Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Egas José Armando - Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique  
Ariane Fernandes da Conceição - Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Wanderson Santos de Farias - Universidade de Desenvolvimento Sustentável  
Maria Gorete Valus - Universidade de Campinas  
Luiz Gonzaga Lapa Junior - Universidade de Brasília  
Janyel Trevisol - Universidade Federal de Santa Maria  
Irlane Maia de Oliveira - Universidade Federal de Mato Grosso  
Paulo Roberto Duailibe Monteiro - Universidade Federal Fluminense  
Luiz Gonzaga Lapa Junior - Universidade de Brasília  
Yuni Saputri M.A - Universidade de Nalanda, Índia  
Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí, CEAD  
Anderson Nunes Da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins  
Adriana Barretta Almeida - Universidade Federal do Paraná  
Jorge Luís Pereira Cavalcante - Fundação Universitária Iberoamericana  
Jorge Fernando Silva de Menezes - Universidade de Aveiro  
Antonio da Costa Cardoso Neto - Universidade de Flores Buenos Aires  
Antônio Alves de Fontes-Júnior - Universidade Cruzeiro do Sul  
Alessandre Gomes de Lima - Faculdade de Medicina da Universidade do Porto  
Moacir Silva de Castro - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Marcelo Silva de Carvalho- Universidade Federal de Alfnas  
Charles Henrique Andrade de Oliveira - Universidade de Pernambuco  
Telma Regina Stroparo - Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Valéria Raquel Alcantara Barbosa - Fundação Oswaldo Cruz  
Kleber Farinazo Borges - Universidade de Brasília  
Rafael Braga Esteves - Universidade de São Paulo  
Inaldo Kley do Nascimento Moraes - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Mara Lucia da Silva Ribeiro - Universidade Federal de São Paulo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

S586t

Silva, João Emerson Cunha.

TRAJETÓRIAS EPISTEMOLÓGICAS DA  
GEOGRAFIA UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE  
TERRITÓRIO NOS ESTUDOS AGRÁRIOS [recurso  
eletrônico] / João Emerson Cunha Silva. – São José dos  
Pinhais, PR: Seven Editora, 2024.

Dados eletrônicos (1 PDF).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-6109-059-9

1. Geografia. 2. Territórios. 3. Ciências agrárias.  
I. Título.

CDU 63

**Índices para catálogo sistemático:**

1. CDU: Ciências geográficas 63

**Bruna Heller** - Bibliotecária - CRB10/2348

**DOI:** 10.56238/livrosindi202443-001

**Seven Publicações Ltda**  
CNPJ: 43.789.355/0001-14  
editora@sevenevents.com.br  
São José dos Pinhais/PR

## **DECLARAÇÃO DO AUTOR**

O autor deste trabalho DECLARA, para os seguintes fins, que:

Não possui nenhum interesse comercial que gere conflito de interesse em relação ao conteúdo publicado;

Declara ter participado ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente nas seguintes condições: "a) Desenho do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação dos dados; b) Elaboração do artigo ou revisão para tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão";

Certifica que o texto publicado está completamente livre de dados e/ou resultados fraudulentos e defeitos de autoria;

Confirma a citação correta e referência de todos os dados e interpretações de dados de outras pesquisas;

Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para realizar a pesquisa;

Autoriza a edição do trabalho, incluindo registros de catálogo, ISBN, DOI e outros indexadores, design visual e criação de capa, layout interno, bem como seu lançamento e divulgação de acordo com os critérios da Seven Eventos Acadêmicos e Editora.

## **DECLARAÇÃO DA EDITORA**

A Seven Publicações DECLARA, para fins de direitos, deveres e quaisquer significados metodológicos ou legais, que:

Esta publicação constitui apenas uma transferência temporária de direitos autorais, constituindo um direito à publicação e reprodução dos materiais. A Editora não é co-responsável pela criação dos manuscritos publicados, nos termos estabelecidos na Lei de Direitos Autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; O(s) autor(es) é(são) exclusivamente responsável(eis) por verificar tais questões de direitos autorais e outros, isentando a Editora de quaisquer danos civis, administrativos e criminais que possam surgir.

Autoriza a **DIVULGAÇÃO DO TRABALHO** pelo(s) autor(es) em palestras, cursos, eventos, shows, mídia e televisão, desde que haja o devido reconhecimento da autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial, com a apresentação dos devidos **CRÉDITOS** à **SEVEN PUBLICAÇÕES**, sendo o(s) autor(es) e editora(es) responsáveis pela omissão/exclusão dessas informações;

Todos os e-books são de acesso aberto, portanto, não os venda em seu site, sites parceiros, plataformas de comércio eletrônico ou qualquer outro meio virtual ou físico. Portanto, está isento de transferências de direitos autorais para autores, uma vez que o formato não gera outros direitos além dos fins didáticos e publicitários da obra, que pode ser consultada a qualquer momento.

Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições públicas de ensino superior, conforme recomendado pela CAPES para obtenção do Qualis livro;

A Seven Eventos Acadêmicos não atribui, vende ou autoriza o uso dos nomes e e-mails dos autores, bem como de quaisquer outros dados deles, para qualquer finalidade que não seja a divulgação desta obra, de acordo com o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Constituição da República Federativa.

## AUTOR DO E-BOOK



### **João Emerson Cunha Silva**

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba.

## APRESENTAÇÃO

Este livro foi construído a partir de reflexões realizadas no trabalho monográfico para conclusão do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande. O texto tem como objeto a análise do conceito de território no campo dos estudos agrários, a partir do recorte bibliográfico de pesquisas publicadas nos anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária e da reflexão acerca das principais abordagens do conceito neste sub-campo da Geografia, que tem dado centralidade ao território como categoria capaz de elucidar as dinâmicas e contradições presentes no campo brasileiro.



## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>8</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1 MÉTODO.....	11
<b>2 AS DIFERENTES ABORDAGENS DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA</b> .....	<b>13</b>
<b>3 O CONCEITO DE TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA</b> .....	<b>19</b>
3.1 OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DE MONOPÓLIOS E MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA AGRICULTURA A PARTIR DA ÓTICA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO.....	<b>23</b>
<b>4 O CONCEITO DE TERRITÓRIO NOS SIMPÓSIOS INTERNACIONAIS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA</b> ..	<b>28</b>
4.1 TEMÁTICAS E ABORDAGENS TEÓRICAS NOS SIMPÓSIOS INTERNACIONAIS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA VINCULADOS AO CONCEITO DE TERRITÓRIO.....	<b>37</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>42</b>

O conceito de território tem alcançado importante espaço nos referenciais teórico-conceituais que logram a investigação de problemáticas ligadas ao campo. Desta forma, o objetivo da presente monografia é analisar como o conceito de território tem sido utilizado para embasar as pesquisas referentes à geografia agrária desenvolvidas no âmbito da produção científica brasileira. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica a partir dos Anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2003-2019). A escolha desse evento como recorte é justificada teoricamente a partir da centralidade que o evento vem desempenhando na geografia agrária, ademais, a seleção do conceito de território como objeto de estudo justifica-se em decorrência da importância histórica do conceito de território no pensamento geográfico e pela sua centralidade no campo da geografia agrária. No conjunto da revisão bibliográfica realizada, ficou evidente a relevância de autores como Claude Raffestin, R. Haesbaert, Marcos A. Saquet, Milton Santos, Marcelo L. de Souza, Bernardo M. Fernandes e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Ademais, o conceito de território foi tratado sob diferentes perspectivas, sendo prevalente uma abordagem multidimensional.

**Palavras-chave:** História do Pensamento Geográfico, Território, Teoria.

Atualmente, pensar o conceito de território na geografia é um desafio e uma importante contribuição no sentido de detectar quais paradigmas têm influenciado o debate em torno deste conceito-chave que, historicamente, no campo da ciência geográfica, foi trabalhado por distintos autores, entre os quais, autores clássicos a exemplo de Élisée Reclus<sup>1</sup>, o qual buscava estabelecer as relações entre classes sociais e o espaço ocupado e dominado. Contudo, a origem da utilização do conceito não ocorreu especificamente na ciência geográfica, mas sua ideia já era debatida no século XV no âmbito das questões territoriais de cidades italianas medievais, como atesta Gottmann apud Saquet (2020).

Além disso, o conceito de território é utilizado em outros campos do conhecimento, como na sociologia, na antropologia, no direito e na ciência política. Nessa conjuntura, as suas formas de abordagem e compreensão podem ser completamente distintas de acordo com os referenciais teórico-conceituais consultados e de acordo com a área do conhecimento em que ele é utilizado, podendo haver variações no interior dos próprios campos científicos.

No âmbito da geografia, o conceito tem galgado cada vez mais presença, inclusive, na geografia agrária, subárea da ciência geográfica em que o conceito de território tem se disseminado como importante instrumento analítico para o compreender o campo em suas diversas contradições, além de servir de base para implantação de políticas públicas destinadas ao mundo agrário. Essa conjuntura teve origem com o advento da corrente crítica da geografia agrária em meados da década de 1970, a qual passa a utilizar o conceito de território com centralidade para entender as consequências contraditórias que o avanço do capitalismo tem impresso no campo em seu desenvolvimento no Brasil que é, segundo Oliveira (2005), desigual e contraditório.

Nessa perspectiva, segundo Marques (2018), alguns dos autores clássicos que foram pioneiros no processo de introdução da geografia agrária crítica no Brasil foram Orlando Valverde e Manoel Correia de Andrade, os quais atuaram em suas obras em defesa de pautas ligadas à solução de problemas sociais e econômicos, como a defesa da reforma agrária e a análise da questão agrária brasileira. Ademais, Marques (op. cit.) aponta autores ligados à geografia agrária crítica da Universidade de São Paulo (USP) como importantes nesse movimento de renovação do pensamento em geografia agrária, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Iraci Gomes de V. Palheta e Maria Regina Cunha de Toledo Sader.

---

<sup>1</sup> A análise acerca da abordagem de Élisée Reclus e o conceito de território foi realizada por Andrade (2004).



Diante disto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como o conceito de território tem sido utilizado para embasar as pesquisas referentes à geografia agrária desenvolvidas no âmbito da produção científica brasileira. Já os objetivos específicos foram: sistematizar a produção bibliográfica sobre o conceito de território na geografia a partir de suas matrizes teóricas; analisar a vinculação da geografia agrária crítica com o conceito de território e analisar o conceito de território nos trabalhos publicados nos anais do SINGA.

Além disso, o desenvolvimento da presente pesquisa se justifica em decorrência da importância que o conceito território obteve no âmbito da história do pensamento geográfico, com suas múltiplas acepções ao longo do tempo. Além da importância histórica, o conceito também possui atualmente grande relevância na produção de estudos geográficos em geografia agrária, assim, a investigação de sua utilização no âmbito da produção científica dos estudos agrários no Brasil constitui-se como instrumento importante para compreensão das trajetórias epistemológicas cursadas pelo conceito na geografia.

Estruturalmente, a pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro deles apresenta reflexões acerca do conceito de território a partir da ótica de autores que se dedicam a análises e sistematização do conceito, como Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Milton Santos, Marcos Aurélio Saquet e Eliseu Savério Sposito. Esses autores contribuíram para obtermos um panorama do conceito de território no âmbito da geografia, tanto em aspectos epistemológicos quanto relacionados às trajetórias percorridas pelo conceito ao longo da história do pensamento geográfico.

O segundo capítulo analisa a trajetória do conceito de território no âmbito da geografia agrária e, dentro desta reflexão, retomamos as discussões acerca da relação entre a geografia agrária crítica com o conceito de território, a partir de autores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Manuel Correia de Andrade, Marta Inês Medeiros Marques, Larissa Mies Bombardi e Bernardo Mançano Fernandes.

O terceiro capítulo da presente pesquisa foi construído a fim de detalharmos como o conceito de território tem sido utilizado em pesquisas da geografia agrária publicadas nos anais dos SINGA. Além disso, ainda neste capítulo, apresentaremos as concepções predominantes acerca do território nas pesquisas analisadas, bem como destacaremos autores e teorias que dialogaram com debates em torno do conceito nos trabalhos estudados.

Por fim, concluímos o presente trabalho com considerações finais que resgatam pontos importantes descobertos ao longo da pesquisa realizada, bem como retomamos algumas reflexões em torno do significado da presença cada vez mais marcante do conceito de território no âmbito da produção científica da geografia agrária, especificamente, no conjunto de pesquisas analisadas nos anais de edições selecionadas do Simpósio Internacional de Geografia Agrária.

## 1.1 MÉTODO

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos inicialmente uma revisão bibliográfica sobre as abordagens e concepções, nos termos de Marcos Aurélio Saquet, de território. Assim, efetuamos uma revisão de literatura a partir de autores que discutiram o conceito de território na perspectiva dos estudos geográficos, como Raffestin (1993) Oliveira (2005), Saquet (2020), Haesbaert (2019), Fernandes (2009), Souza (2001), J. G. de Souza (2009), Santos (2019) e Sposito (2004).

Na sequência, para alcançarmos um quadro geral da utilização do conceito de território nos estudos agrários brasileiros, selecionamos artigos científicos publicados em anais dos Simpósios Internacionais de Geografia Agrária (SINGAS) entre os anos de 2003 a 2019. Nesse contexto, conseguimos acessar os SINGAS dos seguintes anos<sup>2</sup>: 2005, 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019. Esses eventos publicaram um total de 4.177 trabalhos<sup>3</sup>.

Para sistematizar a revisão bibliográfica, foram selecionados especificamente Grupos de Trabalho (GTs) cuja discussão desenvolvia o conceito de território de forma mais aprofundada. Nesse contexto, foram selecionados cinco GTs (exceto em 2019, que contou com quatro GTs). Assim, do total de 90 Gts realizados nas seis edições do SINGA consideradas, 29 foram analisados pela presente pesquisa e englobaram um total de 1.593 trabalhos completos publicados nesses eixos de discussão, que serviram como base para o levantamento bibliográfico realizado.

Ademais, vale destacar que, dentro do universo de trabalhos completos considerados (1.593), 971 trabalhos mencionaram o conceito de território de modo recorrente. Todavia, somente 379 trabalhos, desse último conjunto, referenciaram teoricamente o conceito, além disso, desses 379, apenas 139 realizaram discussões mais pormenorizadas em torno do conceito. Desse modo, a amostra considerada na pesquisa focou na análise geral dos 379 artigos que trazem uma referência teórica ao conceito de território, além da análise e leitura detalhada dos 139 artigos que discutiram profundamente o conceito.

Na tabela abaixo, procuramos sistematizar<sup>4</sup> esse processo de seleção que realizamos na análise do recorte bibliográfico pesquisado, a fim de clarificarmos o universo teórico de trabalhos que foram analisados.

---

<sup>2</sup> Nesta pesquisa, não conseguimos acesso aos anais do Simpósio Nacional de Geografia Agrária de 1998 nem aos dos SINGAS 2003, 2007 e 2009. Cabe destacar que a pandemia causada pelo novo Coronavírus impôs limitações à obtenção desses arquivos.

<sup>3</sup> Esse quantitativo de trabalhos engloba tanto trabalhos completos, quanto resumos expandidos publicados.

<sup>4</sup> Na construção desta tabela, selecionamos todos os trabalhos do recorte bibliográfico pesquisado que mencionavam o conceito de território.

Tabela 1 – Sistematização dos trabalhos analisados por ano de edição do SINGA

Ano	Quantidade	
	Citam o conceito de território	Analizam profundamente o conceito
2005	115	12
2011	248	33
2013	338	41
2015	190	13
2017	198	20
2019	238	20

Organização: autor

Após essa etapa de seleção, realizamos a leitura dos artigos, nos quais destacamos os principais autores utilizados na definição de território, as principais temáticas dos artigos analisados e a presença de teorias e processos vinculadas à discussão do conceito supracitado. Por fim, efetuamos a construção das tabelas, quadros, gráficos e diagramas que sintetizam alguns dos resultados detectados.



A trajetória do conceito de *território* na ciência geográfica é marcada pela presença de distintas abordagens e conceituações do que o constitui, sendo necessário evidenciar que esses debates em torno do conceito estão articulados aos contextos sociais, políticos e culturais de cada período em associação com os múltiplos paradigmas que marcaram presença na história do pensamento geográfico.

Nesse sentido, o território constitui-se como um conceito-chave da ciência geográfica, podendo também ser compreendido como uma categoria como analisa Souza (2009). Todavia, vale mencionar que segundo Saquet (2020) nem sempre o conceito de território teve destaque no pensamento geográfico, obtendo centralidade apenas após o movimento de renovação, em âmbito internacional, ocorrido a partir dos anos 1950.

Assim, é importante destacarmos que esse conceito foi definido ao longo da história do pensamento geográfico por distintos autores que vincularam sua conceituação teórica a diferentes dimensões da realidade objetiva, como nas esferas política, econômica e cultural. Essas definições propostas acerca do *território* também foram influenciadas pelos diferentes paradigmas que influenciaram a história da produção científica em geografia. De acordo com Haesbaert (2007), existem duas vertentes para o surgimento desse conceito, acerca de sua gênese destaca:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de tereio-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo -especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. (HAESBAERT, 2007, p. 20)

Assim, compreendida sua gênese, destacaremos alguns autores cujas reflexões do conceito de território assumem papel importante na produção acadêmica da geografia. Nessa perspectiva, um dos autores que abordam o conceito de território é o geógrafo Claude Raffestin (1993) que, além de conceituar especificamente o conceito de território, faz também uma diferenciação entre a noção de espaço e o próprio conceito de território. Para justificar tal procedimento, Raffestin (1993, p. 143) afirma que ocorreram no interior da ciência geográfica uma série de inconsistências teóricas no uso dos conceitos, acerca dessa concepção, assevera:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço". (RAFFESTIN, 1993, p.143)

Assim, para Raffestin (1993), o espaço é um ente anterior ao próprio território, ele existe independentemente de qualquer ação, funciona como uma “matéria-prima” nas próprias palavras do autor. Destarte, o território, para sua existência, necessita obrigatoriamente da realização de uma ação, da projeção no espaço de trabalho, podendo ser energia e informação que revelam relações marcadas pelo poder.

Assim, Raffestin (1993) considera que o espaço funciona como uma prisão original e o território como uma prisão que os homens constroem para si. De acordo com Bordo et al. (2012), para Claude Raffestin, a construção do território envolve as relações de poder exercidas por pessoas ou grupos de pessoas, sem as quais o território não pode ser definido.

A perspectiva de distinguir território e espaço, assim como fez Raffestin, é realizada por outros pensadores que atribuem confusões em torno da utilização das duas categorias. Nesse contexto, J. G. de Souza (2009) destaca que “Ocorre que para inúmeros autores espaço e território figuram como elementos distintos, porém, seus tratamentos, vez por outra, aparecem como sinônimos”. Diante disso, o autor tece um histórico da categoria espaço na história do pensamento geográfico e, dentro das distinções teóricas que ele estabelece entre território e espaço, o autor analisa<sup>1</sup> que:

o espaço é uma projeção humana, objetivação da vida, como sentido de sua existência e os territórios são apropriações concretas exercidas por estas ações (práxis) que expressam dimensões materiais e imateriais. Esta perspectiva de associação entre território e apropriação não determina um apriorismo economicista. (SOUZA, 2009, p. 106)

Já Rogério Haesbaert (2007, p. 42) concebe que o território, junto ao espaço, possui importância estratégica na dinâmica transformadora da sociedade, além de atribuir implicações políticas relacionadas à intervenção concreta da realidade e em estratégias de poder no que tange à discussão de multiterritorialidade. Acerca do território, destaca Haesbaert:

... o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT apud HAESBAERT, 2009, p. 105)

Assim, a proposta conceitual de Haesbaert aponta para uma perspectiva multidimensional e multiescalar do conceito de território, em que ele é concebido como uma abordagem acerca do espaço que enfatiza as problemáticas de caráter político ou que envolvem a realização/manifestação das relações de poder em sua pluralidade de esferas. O conceito e a discussão efetuada por Haesbaert em seu livro “O mito da desterritorialização” acerca do território possui elementos importantes para sistematização das perspectivas teóricas do conceito na geografia.

---

<sup>1</sup> Vale destacar que esta distinção feita entre o território e o espaço foi delimitada no âmbito de uma análise que o autor faz de uma citação de Marx (2004) que trata da construção do mundo objetivo pelo homem como ser genérico.

Assim, de acordo com Haesbaert (2019), o conceito de território pode ser agrupado em quatro vertentes básicas, a política, a cultural, a econômica e a “natural”. O trecho abaixo expressa detalhes das três primeiras vertentes, bem como as relações entre o território e as dimensões da realidade objetiva.

- **Política** (referida às relações de espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do estado.
- **Cultural** (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- **Econômica** (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no debate entre classes sociais e na relação capital-trabalho... (HAESBAERT, 2019, p. 40)

Essa classificação das vertentes proposta por Rogério Haesbaert em que o conceito de território vem sendo adotado também engloba a vertente interpretativa natural ou naturalista que, segundo o próprio autor, é mais antiga, possui pouca representatividade na produção das ciências sociais e trabalha com o território baseado nas relações sociedade-natureza. Ainda nesse âmbito de tentar compreender as vertentes do conceito, Haesbaert (2019) propõe outra forma de organizar o raciocínio acerca do território, entendendo as dimensões dentro da perspectiva filosófica das abordagens.

Desse modo, o autor analisa o território dentro dos binômios materialismo-idealismo e espaço-tempo. Assim, o binômio materialismo-idealismo seria fruto das perspectivas parcial de território (que enfatizam uma dimensão específica, como a econômica, a cultural, a política e a natural) e da integradora (que considera a análise conjunta das dimensões). Já dentro do binômio espaço-tempo, Haesbaert (2019) aponta a perspectiva relacional de território.

Outro autor que realiza uma ampla revisão e análise de literatura em torno do conceito de território é Marcos Aurélio Saquet, o qual, no livro “Abordagens e concepções de território”, analisa a história do conceito de território em nível internacional e nacional, com destaque para o detalhamento das trajetórias percorridas por esse conceito, tanto no âmbito da geografia, quanto no de outras ciências, como na economia e na sociologia.



Neste contexto, Saquet (2020) explana que a partir da reelaboração da ciência geográfica, em meados das décadas de 1950/1960 e 1970, foi possível identificar e caracterizar quatro tendências<sup>2</sup> ou ênfases centrais que envolvem a geografia, outras ciências sociais e a filosofia, as quais aglutinam estudos e debates sobre os *métodos de abordagem e sobre o conceito de território*, sendo uma centrada na discussão teórico-metodológica, outra baseada na compreensão da dimensão geopolítica do espaço, outra voltada para a explicação do desenvolvimento territorial, da reestruturação do capital e dos movimentos sociais e, por fim, a tendência semiológica.

A pesquisa efetuada por Saquet (2020), por outra vertente analítica<sup>3</sup>, detectou também a presença de mais quatro *tendências ou perspectivas* de abordagem do território que acabam se sucedendo ao longo do tempo e coexistindo em determinados períodos, inclusive, predominando em diversos países.

uma eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético [...] outra pautada na dimensão geopolítica do território [...] a terceira, dando ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólico-identitária [...] centrada na fenomenologia e [...] a última, que ganha força a partir dos anos 1990, voltada às discussões sobre sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local...(SAQUET, 2020, p. 15)

Nesse contexto, a contribuição de Saquet (op. cit) perpassa por essas análises aprofundadas em torno das abordagens do conceito de território, sendo importante mencionar que para ele o conceito de território passa a ganhar mais centralidade a partir do movimento de renovação da geografia ocorrido entre os anos 1950 e 1960, com autores como Pierre George, Pierre Monbeig, Yves Lacoste, David Harvey, Massimo Quaini, Giuseppe Dematteis, Claude Raffestin, Paul Claval, Horácio Capel, Jean Gottmann, Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, entre outros.

Dentro desse quadro de renovação, destacaremos também a perspectiva de Milton Santos em relação ao conceito de território, autor que tem como conceito principal o de espaço<sup>4</sup>, mas que publicou obras que analisaram e influenciaram reflexões em torno do conceito de território, contribuindo para a expansão dos estudos centrados nos conceitos de território e territorialidade. (SAQUET, 2020)

Nessa perspectiva, uma de suas análises em torno do conceito pode ser encontrada no livro “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” em que o autor traz sua concepção em torno do conceito:

---

<sup>2</sup> A fim de aprofundamento no conhecimento das quatro tendências com maiores pormenores, consultar Saquet (2020).

<sup>3</sup> Esta segunda classificação proposta por Saquet (2020) foi construída pelo autor através da análise de obras de autores como Giuseppe Dematteis, Vagaggini, Deleuze e Guattari, Massimo Quaini, Claude Raffestin, Jean Gottmann, Edward Soja, Indovina e Calabi, Umberto Eco, entre outros. Cada um desses autores tem ligações com uma ou mais de uma destas tendências, fato que pode ser verificado na introdução do livro “Abordagens e concepções de território”.

<sup>4</sup> A fim de maiores pormenores, verificar Saquet (2020).

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2019, p. 96-97)

Assim, a abordagem proposta por Milton Santos inclui, além da natureza e dos objetos construídos pelo homem, os usos que a população faz do território<sup>5</sup>, sendo ele considerado a base sobre a qual a vida da sociedade ocorre. Ademais, Santos (1998) analisa que há um novo funcionamento do território baseado nas horizontalidades e verticalidades, em que a informação cumpre o papel central de ligar as partes do território.

Segundo o autor, referindo-se à população e ao território, “um faz o outro”, ou seja, há na proposta de Milton Santos uma perspectiva dialética para compreensão da construção do território a partir de seu uso pela população. (SANTOS, 2019)

De acordo com Saquet (2020), a proposta de Milton Santos em torno do território, no âmbito do *território usado*, perpassa uma abordagem econômico-material, que amplia a reflexão além da concepção areal ou a restrita ao Estado-Nação, podendo ser compreendido como espaço geográfico socialmente organizado. Ademais, destaca que para Milton Santos o uso do território é o caracterizador principal desse conceito.

Por fim, destacamos o pensamento de Sposito (2004) acerca do conceito de território, em que para ele, assim como Raffestin (1993), ocorrem grandes imprecisões teórico-conceituais por pesquisadores que confundem os conceitos de espaço e território por não possuírem leituras aprofundadas na temática. Além disso, Sposito (2004, p.111) afirma que o conceito de território não pode ser analisado a-historicamente, ou seja, a categoria tempo é essencial para a sua compreensão. De acordo com ele, o território é:

...fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando focado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias, etc., ou seja, pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza. (SPOSITO, 2004, p. 112-113)

Além dessa ótica do conceito de território, Sposito (op. cit) aponta, nos momentos finais de sua discussão acerca do conceito, a importância dele na atualidade, enfatizando principalmente a sua ligação com aspectos econômicos e políticos. Segundo ele:

---

<sup>5</sup> Para Santos (1998), o território são formas, todavia o território usado são os objetos e ações, podendo ser considerado sinônimo de espaço humano e espaço habitado.

O território, enfim, condição básica e referência histórica para a consolidação e expansão do sistema capitalista, permanece com sua importância como suporte e como materialização das relações sociais de produção, exprimindo com muita força ainda seu caráter político. (SPOSITO, 2004, p. 116)

Portanto, através das diferentes concepções e conceituações apresentadas acerca do conceito território, podemos compreender que o conceito possui relevância crescente nos estudos geográficos, através de distintos autores, que o analisaram e analisam por meio de perspectivas teóricas, metodológicas e epistemológicas distintas. Essa ampla variedade de perspectivas em torno do conceito também se cristaliza na geografia agrária e tentar entender como esse processo vem ocorrendo nos estudos agrários é importante para termos um panorama dos papéis que o conceito desempenha tanto no âmbito acadêmico, quanto na perspectiva da análise da realidade.

Ainda nesse contexto, daremos continuidade, na sequência, discutindo a presença desse conceito, especificamente na geografia agrária, enfatizando o contexto de seu fortalecimento, a sua importância teórica nos estudos agrários e a sua relação com dois importantes processos que vêm adquirindo relevância para explicar o avanço do capitalismo no campo, bem como as estratégias que o campesinato vem executando para permanecer em suas terras.

O conceito de território, além de grande relevância na geografia, tem marcante presença nos estudos da geografia agrária, visto que é um dos conceitos mais utilizados atualmente na interpretação, compreensão e elucidação da realidade objetiva do campo brasileiro.

Nesse contexto, procuraremos discutir a utilização do território a partir da ótica de alguns pensadores da geografia agrária e analisar sua vinculação com os processos de territorialização de monopólios e monopolização do território, a fim de delinear a importância teórica que o conceito assumiu nos estudos agrários, subsidiando análises teóricas em geografia agrária.<sup>1</sup>

Inicialmente, o conceito de território ganhou destaque na geografia agrária a partir do florescimento das correntes críticas que foram introduzidas no Brasil, as quais passaram a realizar denúncias das injustiças sociais vigentes no quadro socioeconômico e político do Brasil. Nesse contexto, ideias radicais advindas dos Estados Unidos e França repercutiram na produção geográfica brasileira, principalmente, a partir dos anos 1970 e fizeram parte de um conjunto de correntes que passaram a influenciar o pensamento geográfico brasileiro. (ANDRADE, 2008)

Adicionalmente, Segundo Andrade (2004), com a retomada do conceito nos estudos da geografia política e geopolítica, o território se disseminou e passou a concorrer com conceitos mais tradicionais, como *espaço* e *região*. Nesse contexto de renovação, Manuel Correia de Andrade passa a discutir o conceito de território a partir da ótica das relações de poder, ressaltando que:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 2004, p. 19)

Portanto, a discussão efetuada por Manuel Correia de Andrade acabou por destacar a relação entre poder e território, não restringindo a discussão do território apenas ao contexto dos Estados-Nação. Segundo Sposito e Saquet (2016, p. 100), Manuel Correia “Enfatiza, em sua abordagem, as forças políticas e econômicas na constituição do território. Na dinâmica econômica, reconhece o rompimento das fronteiras pela atuação de grandes empresas.”

Nessa perspectiva de contribuições em relação à abordagem territorial, destacamos que segundo Marques (2018), as discussões efetuidas por Manuel Correia de Andrade, no âmbito dos estudos agrários, marcadas pela excelência das produções e reconhecimento dos pares, acabaram por serem precursoras da geografia agrária crítica no Brasil.

---

<sup>1</sup> De acordo com Oliveira (2005), os conceitos da territorialização do capital e da monopolização do território são importantes ferramentas para a análise teórica em geografia agrária.

Adicionalmente, Segundo Bombardi (2008) as contribuições advindas da obra de Manuel Correia de Andrade nos estudos agrários introduziram, junto à obra de Orlando Valverde, as raízes do pensamento crítico que tem como base a dialética no Brasil. Nesse contexto, Bombardi (2007, p. 325) destaca que “O legado destes autores é realmente indiscutível, sobretudo quando se considera o salto teórico-metodológico dado com relação à geração anterior. Eles formaram a raiz do pensamento crítico posterior.”

A obra de Oliveira (2001), autor ligado à corrente de pensamento crítica, reforça essa visão, admitindo que o livro *A terra e o homem no Nordeste* foi um marco político na geografia em decorrência da discussão da questão agrária pautada no compromisso social e na transformação da realidade, fato que acabou repercutindo<sup>2</sup> no movimento de renovação crítica da geografia.

Portando, o caráter precursor da produção em geografia agrária de Manuel Correia de Andrade, considerando também a obra de outros autores como Orlando Valverde, acabou abrindo caminho para o florescimento da geografia agrária crítica no Brasil, pautada na preocupação com a transformação da realidade.

É dentro dessa conjuntura que destacamos também a produção de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, autor que além de atribuir centralidade ao conceito de território em sua obra, acaba aprofundando o movimento de renovação da geografia agrária crítica.

... um dos primeiros trabalhos de ruptura nos estudos de Geografia Agrária é a tese de doutorado de Ariovaldo Umbelino de Oliveira “Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao ‘Estado Isolado’ de Von Thünen”. Este trabalho ‘introduz os conceitos básicos do materialismo histórico e do materialismo dialético, elementos fundamentais para uma introdução crítica às ideologias dos trabalhos desenvolvidos em Geografia Agrária, particularmente no Brasil. (FERNANDES apud BOMBARDI, 2008, p.106)

Nessa perspectiva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira<sup>3</sup> acabou contribuindo para o aprofundamento dos estudos geográficos em torno da corrente crítica, especialmente no âmbito da geografia agrária, pautado no materialismo histórico como método utilizado para compreender a realidade. A citação abaixo ilustra bem as contestações da nascente geografia crítica e sua repercussão na geografia agrária.

Nesta ótica é que reputamos da mais significativa importância uma revisão das obras que dão substrato teórico aos trabalhos empíricos (15) desenvolvidos na Geografia, porque a maioria delas (16), limita-se apenas à aplicação à realidade brasileira de esquemas propostos para análises em outras realidades, sem efetuar uma crítica às teorias e conceitos utilizados. Entre estas obras está a de Von Thünen, que é o objeto de nosso estudo. (OLIVEIRA, 2016b, p. 16)

---

<sup>2</sup> Outros autores apontados nesse movimento de precursoria crítica por Oliveira (2001) são Orlando Valverde e Pasquale Petrone.

<sup>3</sup> Vale destacar que “É a partir do método dialético de Marx que Ariovaldo Umbelino de Oliveira elabora e desenvolve sua teoria, concebendo a realidade como ponto de partida e de chegada.” (BOMBARDI, 2007, p.330)



Além disso, no contexto da produção acadêmica de Ariovaldo U. de Oliveira, no que tange às discussões de território, destacamos sua reflexão teórico-conceitual vinculada às disputas entre as classes sociais no modo capitalista de produção. Nesse sentido, analisa que:

...são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um prius ou um a priori, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (OLIVEIRA, 2000, p. 13)

Assim, a perspectiva adotada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira acerca do território destaca-se como uma concepção ligada ao marxismo e que entende o território como o resultado concreto do processo de luta de classes sociais travada no seio da sociedade capitalista. A análise proposta por Ariovaldo U. de Oliveira acabou corroborando para a consolidação do conceito de território na geografia agrária em decorrência da centralidade que o autor atribuiu ao território ao longo de seus trabalhos. Ainda em relação ao conceito de território, destaca:

Por isso insistimos: temos que aprofundar a diferença que nos move frente a essa luta de cunho teórico, e por isso reafirmamos que o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõem muitos geógrafos. Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O território por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho, é, portanto, uma produção humana, logo espaço de luta, de luta de classes ou frações de classes. Por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se no campo do poder, sendo, pois, o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir histórico. (OLIVEIRA, 2016c, p: 20-21)

A abordagem proposta por Oliveira (2016c) dialoga com pensadores que contestam a equiparação que alguns geógrafos atribuem a espaço e território. Para o autor, o território é posterior ao espaço, fruto da transformação impressa pelo homem no espaço, ou seja, por meio do trabalho, assim, constitui uma construção humana. Outro ponto importante do conceito proposto pelo autor é a vinculação do conceito com a noção de poder, perspectiva que também é adotada por outros teóricos, como Raffestin (1993).

Neste contexto, é importante apontarmos que a proposta de Raffestin (1993), em torno do conceito de território, acabou influenciando<sup>4</sup> a discussão feita por Ariovaldo Umbelino de Oliveira em relação à sua abordagem conceitual de território. O trecho abaixo esclarece essa relação teórica, de acordo com Sposito e Saquet:

---

<sup>4</sup> Segundo Oliveira (2005, p. 74): “Meus trabalhos refletem essa corrente que tem no estudo do *território* o tema central da investigação em geografia. Sigo autores como Lefèbvre<sup>59</sup>, Calabi e Indovina<sup>60</sup>, Raffestin<sup>61</sup>, Gottdiner<sup>62</sup>, Coraggio<sup>63</sup>, Quaini<sup>64</sup>, Chesnais<sup>65</sup> e Lacoste<sup>66</sup> entre outros.”

Em síntese, Oliveira (1991, 1999) elabora uma abordagem relacional e múltipla do território, destacando os processos econômicos e políticos, reconhecendo a relação área-rede no processo de controle/monopólio do território, com significativa influência da concepção de Claude Raffestin.” (SPOSITO; SAQUET, p. 105-106, 2016)

Ainda na perspectiva da geografia agrária, um dos autores que têm dado grande destaque em sua produção científica ao conceito de território é Bernardo Mançano Fernandes, que no estudo do desenvolvimento territorial no campo, destaca a importância das diferentes conceituações de território como elementos que implicam na adoção de políticas públicas destinadas ao campesinato ou ao agronegócio<sup>5</sup>.

Ademais, Fernandes (2013) destaca inclusive que a definição do conceito de território configura uma relação de poder que deve ser constantemente debatida. Assim, Fernandes (2009), em um artigo intitulado “Sobre a tipologia dos territórios”, expõe sua concepção acerca da importância desse conceito para essa ciência, além de especificar apontamentos acerca de sua tipologia.

Nessa tipologia, o primeiro território seria o espaço de governança da nação, dentro dele surgiriam também outros territórios provenientes das relações sociais. O segundo corresponderia ao território propriedade, que compreende a diversidade e possibilidade de tipos de propriedades. Por fim, o terceiro corresponde à multiterritorialidade do segundo no primeiro território, indo inclusive, além das escalas nacionais.

Para Fernandes (2009), relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em uma conflitualidade constante. Além disso, segundo o autor, o conceito de território pode ter duas concepções distintas, na primeira delas, podendo ser compreendido unicamente como espaços de governança como forma de ocultar os múltiplos territórios e de perpetuar a subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados.

Além dessa concepção, outra existente, adotada pelo autor, é conceber o território como espaços de governança, mas reconhecendo os outros tipos de territórios, fixos, fluxos, materiais e imateriais que são originados pelas relações sociais e pelas classes sociais. É a partir desse prisma que Fernandes (2009) reflete acerca da tipologia para os territórios, em primeiro, segundo e terceiro territórios.

---

<sup>5</sup> A fim de aprofundamento teórico, o detalhamento acerca do conceito de agronegócio pode ser verificado em Pompeia (2021), o qual analisa que a origem desse conceito deriva da discussão sobre agribusiness efetuada pelos pesquisadores da Universidade de Harvard John Davis e Ray Goldberg. Além disso, para maiores pormenores do conceito na ótica da geografia agrária, verificar MENDONÇA (2013).

No âmbito da análise da importância do conceito de território na geografia, Fernandes (2009), destaca que a compreensão dele é de grande relevância para o entendimento das disputas territoriais geradas pela expansão das políticas neoliberais e para o processo de espoliação que pode ser compreendido como um processo de desterritorialização.

Já ao discutir a sua base para sua compreensão de território, destaca a definição de Claude Raffestin de que o espaço é anterior ao território, além de compreender que o processo de formação de territórios sempre ocorre com a fragmentação do espaço. Ainda nessa perspectiva teórica, Fernandes (2009) menciona que o território possui como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.

Em suas análises, Bernardo M. Fernandes compreende que a negação do atributo da multidimensionalidade dos territórios é usada para que os territórios sejam utilizados como meios de controle social, a fim de que as comunidades camponesas sejam submetidas aos modelos de desenvolvimento preconizados pelas transnacionais. No quadro dos estudos agrários, de acordo com Fernandes (2013), a luta pela terra executada pelos camponeses constitui em uma luta por um tipo específico de território: o território camponês.

Ademais, explica que as relações sociais desenvolvidas por propriedades não capitalistas e por propriedades tipicamente capitalistas são distintas e promovem modelos de desenvolvimento divergentes, assim como territórios respectivamente díspares. Em sua tipologia, esses dois tipos de propriedade privadas constituem o segundo território e disputam o primeiro território (nacional). Portanto, na discussão acerca do desenvolvimento territorial no campo, Bernardo M. Fernandes aponta, entre outras questões, a importância do conceito de território, suas significações e sua utilização para políticas públicas destinadas ao campo.

### 3.1 OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DE MONOPÓLIOS E MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA AGRICULTURA A PARTIR DA ÓTICA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

No contexto dos estudos agrários e, conseqüentemente, da relação entre eles e o conceito de território, é importante destacar dois importantes processos analisados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira para explicação teórica das transformações territoriais recentes no campo brasileiro, que são a monopolização do território na agricultura e a territorialização de monopólios na agricultura.

Ambos os processos ocorrem no campo brasileiro e põe o campesinato em posição de subalternidade frente às classes dominantes do modo capitalista de produção. A abordagem teórica desses dois processos acabou influenciando fortemente pesquisas em geografia agrária, inclusive marcando presença em diversos artigos publicados em anais dos SINGA. Adicionalmente, vale ressaltar que a territorialização de monopólios e a monopolização do território possuem como base a

categoria território para explicar as relações que o capital imprime na agricultura sob o chamado processo de mundialização da agricultura.<sup>6</sup>

Neste contexto, uma das discussões que está sendo debatida, cada vez mais, diz respeito à forma como o capitalismo tem avançado no campo, quais os principais mecanismos envolvidos, agentes participantes neste processo e impactos nas dinâmicas social, estrutural e produtiva do campo. Diante disso, uma das proposições teóricas, já anteriormente citadas, com grande destaque na explicação deste processo são os processos de monopolização do território e a de territorialização de monopólios analisadas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Nesta perspectiva, Oliveira (2005) nos aponta, especificamente, que os dois processos se desenvolvem e são construídos através de uma lógica, muitas vezes, contraditória. Segundo o autor supracitado, o desenvolvimento da agricultura via industrialização acaba unindo o que em sua origem o capitalismo separou: agricultura e indústria. Acerca disso, segundo Oliveira (2007) a pequena indústria dos camponeses foi dissolvida pelo avanço do capitalismo, como aponta o excerto abaixo:

Essa nova situação passou a ser alterada com grande profundidade quando a indústria essencialmente urbana e o comércio promoveram a dissolução da pequena indústria dos camponeses. Assim, a indústria que antes só produzia para a cidade e os subúrbios, passou a fabricar ferramentas que o camponês não conseguia produzir, da mesma maneira que passou a criar novas necessidades que penetravam no meio agrícola de maneira tanto mais rápida e irresistível, quanto mais ativas se tornavam as relações entre a cidade e o campo. A superioridade da indústria urbana transformou os produtos da pequena indústria camponesa em artigos de luxo. (OLIVEIRA, 2007, p. 17)

Assim, Oliveira (2007) elucida o que o avanço do capitalismo ocasionou no campo em períodos passados<sup>7</sup> e explica atualmente como o processo vem ocorrendo. Em relação à territorialização do capital, Oliveira (2005) assevera que, nesse processo, o capital se territorializa, promove o esvaziamento do campo, concentra trabalhadores nas cidades que passam a fornecer mão de obra para o comércio e os serviços ou, até mesmo, para serem assalariados no campo. Portanto, capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura compõem uma só pessoa ou uma só empresa, que arrecada o lucro da indústria, da agricultura e a renda da terra.

Ademais, Oliveira (2005) aponta que neste processo ocorre a implantação de relações tipicamente capitalistas no campo, marcadas pela presença do assalariamento, o qual fica marcado pela presença das monoculturas, como cana-de-açúcar, soja, laranja etc. Portanto, ainda dentro desta

---

<sup>6</sup> O termo mundialização da agricultura é discutido por Ariovaldo Umbelino de Oliveira em diversos trabalhos, destacando que esse processo vem ocorrendo sob o comando do neoliberalismo e implicou em mudanças na agricultura capitalista, como a defesa do fim dos subsídios à agricultura camponesa, a troca de políticas de soberania alimentar por políticas de segurança alimentar, a substituição dos estoques de alimentos governamentais por estoques de empresas monopolistas mundiais e a regulação das relações comerciais pela Organização Mundial do Comércio (OMC). (OLIVEIRA, 2015)

<sup>7</sup> Para uma explicação aprofundada deste processo, verificar o capítulo 3 do livro “Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária” de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

perspectiva teórica, as relações tipicamente capitalistas passam a atuar no campo e a contribuir para o avanço do capitalismo.<sup>8</sup>

Ainda nesta perspectiva, Oliveira (2016a), na elucidação da mundialização da agricultura brasileira, aponta importantes elementos constitutivos da territorialização de monopólios. Acerca dessa questão, o excerto abaixo menciona que:

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, não há a junção de duas classes sociais distintas, proprietário da terra e capitalista, em uma só, como pensam muitos intelectuais. (OLIVEIRA, 2016a, p. 127)

Assim, podemos compreender que na territorialização de monopólios não ocorre junção de classes sociais distintas, na perspectiva marxista do termo, elas apenas se materializam na figura de uma pessoa física ou jurídica. Nesse contexto, o processo de territorialização de monopólios na agricultura, especificamente nos setores sucroenergético e de plantio de florestas, deriva do entrelaçamento entre o capital nacional e estrangeiro, soldado pelo processo de mundialização do capital. (OLIVEIRA, 2016a)

Além disso, Oliveira (2016a), em seu livro<sup>9</sup>, aponta que na territorialização de monopólios ocorre uma subordinação da circulação em relação à produção e que os principais setores agrícolas em que esse processo está presente são o sucroenergético e o de celulose, papel e madeira, fato explicado pelo elevado peso dessas matérias-primas, elemento que acaba limitando a área de plantio.

Em outro âmbito de atuação do capitalismo na agricultura, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em alguns trabalhos, nos indica o que constitui e quais as principais características da monopolização do território na agricultura. É importante ressaltar que nesse processo o capitalismo não utiliza relações especificamente capitalistas de produção (assalariamento) para a produção no campo, mas subordina a produção camponesa.

---

<sup>8</sup> A partir da análise feita por Oliveira (2007, p. 20) sobre capitalismo e agricultura, o autor entende que “O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições”.

<sup>9</sup> O livro aludido é “A mundialização da agricultura brasileira”, no qual o autor faz uma análise crítica do processo de mundialização da agricultura brasileira, tecendo também profundas considerações sobre a territorialização de monopólios e a monopolização do território na agricultura brasileira.



Esse processo explicado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira é fundamental, tendo em vista que as suas análises partem da abordagem<sup>10</sup> teórica da geografia agrária pautada na *teoria da criação e recriação do campesinato e do latifúndio*. Nessa abordagem, o campesinato é entendido como uma classe social *de dentro* do capitalismo e não fadada ao desaparecimento, como propõem outras correntes de pensamento. Acerca dessa abordagem, destaca:

Entendem esses autores que esse processo contraditório do desenvolvimento capitalista decorre do fato de que a produção do capital nunca é, ou seja, nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundadas, pois, no trabalho assalariado e no capital. Para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção. Isto é, a produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência, o processo de reprodução ampliada do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2007, p.11)

Ainda no contexto da teoria da *criação e recriação do campesinato e do latifúndio*, Lima (2017) afirma que a abordagem dessa corrente teórica da geografia agrária por Ariovaldo Umbelino de Oliveira dialoga teoricamente com pensadores como José de Souza Martins, Theodor Shanin, Rosa Luxemburgo, Karl Marx, entre outros. Esses esclarecimentos são importantes para entendermos o universo teórico em que a monopolização do território se insere e o papel que ela desempenha no âmbito da manutenção do campesinato em suas terras, mesmo com a extração de parte da renda da terra produzida.

Desse modo, entendida a interpretação teórica do avanço do capitalismo para essa abordagem da geografia agrária, Oliveira (2005) menciona que na monopolização do território, o capital cria, recria e redefine as relações de produção camponesa, abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva junto ao campesinato como classe social do modo capitalista de produção. Portanto, permite a permanência dos camponeses no campo e contribui para a distribuição de riquezas no campo e na cidade, mesmo que em escala reduzida.

Na monopolização do território, segundo Oliveira (2005), o capital disponibiliza as condições para que os camponeses produzam as matérias-primas que necessitam ou possibilitam o consumo de produtos industriais no campo como, por exemplo, a ração para a avicultura.

Destarte, ocorre neste processo a sujeição da renda da terra camponesa ao capital e a subordinação da produção em relação à circulação, como aponta Oliveira (2016a) nos casos relativos à monopolização do território efetuados no setor produtor de café, em que a produção é efetuada

---

<sup>10</sup> De acordo com Oliveira (2007), existem três abordagens em geografia agrária que tentam explicar o desenvolvimento do modo capitalista de produção e as suas consequências no campo. A primeira é a *teoria da destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios*, a segunda a *teoria da permanência das relações feudais* e a terceira a *teoria da criação e recriação do campesinato e do latifúndio*.

majoritariamente pela agricultura de base familiar (camponesa), mas grandes *tradings* realizam a sua comercialização. Acerca dessa temática, afirma:

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. (OLIVEIRA, 2016a, p. 233)

Nessa perspectiva, o autor compreende que o avanço do capitalismo na agricultura, via monopolização do território, acaba subordinando tanto produtores camponeses à lógica do mercado quanto a própria renda da terra ao capital. Ademais, Ariovaldo U. de Oliveira também compreende que essas empresas de comercialização e/ou processamento industrial, mesmo sem serem as responsáveis pela produção, acabam levando o crédito pelo fornecimento dos produtos através do processo que mídia econômica tem cognominado de *originação* (*origination*).

Neste contexto, ao longo do livro “A mundialização da agricultura brasileira”, Oliveira nos aponta inúmeros exemplos de setores em que ocorre a monopolização do território pelo capital, como nos setores de grãos, fibras, café, sementes, tabaco e lácteos. Além disso, aponta, no contexto da produção agrícola nacional, exemplos de empresas monopolistas brasileiras que atuam em diversos setores do setor primário, como carne bovina, suco de frutas, carne de aves e de suínos e que, portanto, monopolizam o território e os setores em que atuam.

Com isso, através da discussão efetuada acerca de território, territorialização do capital/de monopólios e monopolização do território, pretendemos elucidar como esses dois processos têm sido utilizadas no âmbito dos estudos agrários publicados em anais dos SINGA e a centralidade que o conceito de território assumiu nesses estudos.

O Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) teve origem na Universidade de São Paulo (USP) no ano de 2003, contudo, sua criação foi precedida pelo Simpósio Nacional de Geografia Agrária realizado no ano de 1998, também na mesma instituição. Estes eventos, atualmente, constituem-se como importantes locais de divulgação, reflexão e debate da produção acadêmica em geografia agrária e de estabelecimento de diálogos entre distintos setores da sociedade, contando com a presença de representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimentos indígenas e movimentos quilombolas. Acerca desses eventos, destaca Marques:

Em 1998, o Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo organizou o 1º Simpósio Nacional de Geografia Agrária como um evento para tratar sobre a questão agrária e as lutas no campo, inovando ao reunir representantes da academia e dos movimentos sociais num debate horizontal. Essa experiência se consolidou com a realização de um novo Simpósio na USP em 2003, com caráter Internacional, dando origem ao Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária (Singa), que hoje é reconhecido entre acadêmicos e ativistas na América Latina, para além da área da geografia. (MARQUES, 2018, p. 507)

Além do SINGA, outro importante evento no campo dos estudos agrários é o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA). Sua primeira edição ocorreu em 1978, sendo, inicialmente, identificado como um reduto de geógrafos ligados à “geografia tradicional”, que haviam perdido espaço na Associação Brasileira de Geógrafos (AGB) após sua reestruturação. Todavia, desde as suas primeiras edições, contou com a presença de geógrafos vinculados à corrente crítica. (MARQUES, 2018)

Ademais, retomando a discussão em torno dos SINGA, até o presente momento, foram realizados nove Simpósios Internacionais de Geografia Agrária e dez Simpósios Nacionais de Geografia Agrária (desde 2003 são realizados conjuntamente). Abaixo, segue um quadro que sintetiza os locais, anos e universidades que sediaram/organizaram os eventos até 2019, ano do evento mais recente até o momento da realização da presente pesquisa.

Quadro 1 – Os SINGA

Evento	Ano	Local	Instituição
S. N. de G. Agrária	1998	São Paulo -SP	USP
I. SINGA	2003	São Paulo – SP	USP
II. SINGA	2005	Presidente Prudente -SP	UNESP
III. SINGA	2007	Londrina – PR	UEL
IV. SINGA	2009	Niterói – RJ	UFF
V. SINGA	2011	Belém -PA	UFPA
VI. SINGA	2013	João Pessoa -PB	UFPB
VII. SINGA	2015	Goiânia – GO	UFG
VIII. SINGA	2017	Curitiba – PR	UFPR
IX. SINGA	2019	Recife – PE	UFPE

Elaboração: autor

Neste cenário, verifica-se que o SINGA nasce a partir da idealização e organização do evento pela geografia agrária da USP e acaba, posteriormente, consolidando-se nacionalmente, com a realização de eventos em todas as grandes Regiões do Brasil, quatro no Sudeste, duas edições no Sul, duas no Nordeste, uma no Centro-Oeste e uma edição realizada na Região Norte. A próxima edição do SINGA está prevista para ser realizado na província argentina de Chubut.

Nesse contexto de consolidação do evento, os números de pesquisas publicadas em seus anais ilustram bem esse processo, que ocorreu ao longo das nove edições.

Tabela 2 – Número de trabalhos publicados nos anais dos SINGA

Ano do evento	Número de artigos publicados
2003	129
2005	242
2007	305 <sup>1</sup>
2009	395
2011	683
2013	1063
2015	499
2017	758
2019	932

Fonte: Anais dos SINGA, org. João Emerson C. Silva

Ao total, as nove edições dos SINGA publicaram um total de mais de 5 mil trabalhos em seus anais (incluindo trabalhos completos e resumos expandidos), sendo a edição realizada em João Pessoa a que mais apresentou trabalhos em seus anais, superando a marca de mil trabalhos publicados. Já a edição que teve menor quantitativo de pesquisas foi a edição pioneira realizada na USP, em 2003.

Assim, depreendida a importância desses eventos para a geografia agrária, iniciaremos a elucidação dos resultados das investigações relacionadas ao conceito de território nas edições dos SINGA 2005, 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019<sup>2</sup>, a fim de obtermos um panorama da utilização e do papel desse conceito nas produções científicas desses eventos.

No âmbito da análise da presença do conceito de território nos trabalhos publicados nos anais dos SINGA, constatamos que o conceito de território junto a espaço e região figuraram com centralidade nos trabalhos analisados. A tabela abaixo resume os dados obtidos através da análise bibliográfica.

<sup>1</sup> Os números referentes ao quantitativo de trabalhos publicados nos anais dos Singas 2007 e 2009 foram obtidos indiretamente, através de uma contagem feita por Vinha (2017), tendo em vista que não conseguimos acessar os anais dessas duas edições.

<sup>2</sup> É importante salientar que alguns autores referenciados em artigos do Singa 2019 não foram considerados nesse levantamento, visto que durante a realização da pesquisa, tivemos dificuldades em acessar os anais dessa edição.

Tabela 3 – Quantitativo dos conceitos detectados na análise dos trabalhos publicados nos SINGA

	<b>Território</b>	<b>Região</b>	<b>Espaço</b>	<b>Paisagem</b>	<b>Lugar</b>
<b>2005</b>	127	165	151	50	90
<b>2011</b>	281	294	288	98	191
<b>2013</b>	379	387	379	140	88
<b>2015</b>	203	197	200	77	144
<b>2017</b>	218	218	222	70	171
<b>2019</b>	258	234	245	59	175
<b>Total</b>	1.466	1.495	1.485	494	859

Elaboração: autor

Nesse cenário, detectamos que o conceito que mais apareceu nos artigos analisados foi região, sendo predominantemente utilizado para se referir às grandes regiões geográficas e a diversas microrregiões que eram analisadas nas pesquisas. Ademais, vale ressaltar que a presença desse conceito, apesar de ser a majoritária, perde espaço nas últimas edições para os conceitos de território e espaço. Nessa perspectiva, o conceito de espaço foi o segundo mais citado nos trabalhos analisados, mas também perdeu espaço para o conceito de território na edição mais recente do SINGA realizada em Recife.

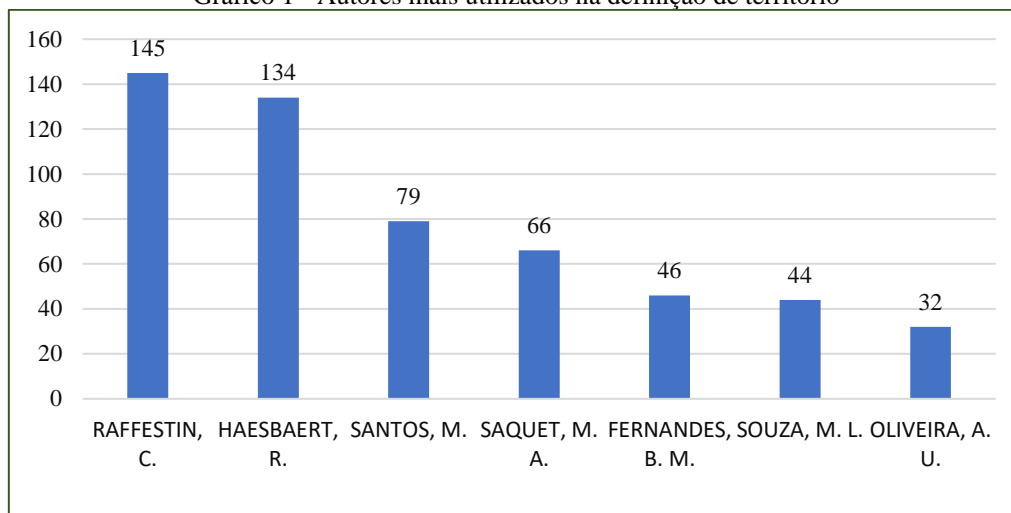
Nessa conjuntura, a partir das informações sintetizadas na tabela, é possível depreender que houve um crescimento considerável da centralidade do conceito de território ao longo das edições do SINGA analisadas, ou seja, esse conceito, que no Singa 2005 foi menos trabalhado que espaço e região, superou ambos nos trabalhos analisados do SINGA 2019. Essa constatação ilustra bem a centralidade que o conceito de território vem despontando nos estudos agrários e reforça a vinculação entre as perspectivas críticas que dão centralidade ao território e os SINGA.

Assim, constatada a relevância do conceito de território nos trabalhos publicados, detectamos que no âmbito dos autores utilizados para discussão do conceito, do conjunto geral de 379 artigos, identificamos a definição de mais de uma centena de autores do que constituiria território. No entanto, é importante destacar que a maioria desses teóricos não têm grande representatividade no conjunto dos artigos analisados, visto que estão presentes majoritariamente entre um a três artigos.

Em contraposição a essa conjuntura, identificamos que alguns teóricos possuem maior prevalência, em termos quantitativos, na utilização de suas definições de território na construção teórica dos artigos, como Claude Raffestin, R. Haesbaert, Marcos A. Saquet, Milton Santos, Marcelo L. de Souza, Bernardo M. Fernandes e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. O gráfico abaixo sintetiza as informações obtidas por meio da análise bibliográfica:



Gráfico 1 - Autores mais utilizados na definição de território



Fonte: Anais dos SINGA (2005, 2011-2019)

Elaboração: autor

Nesta perspectiva, verificamos a prevalência de discussões teóricas embasadas em diversos autores, porém, quando analisamos os dados individuais por autor, conferimos que a principal influência teórica foi Claude Raffestin, o qual além de ter maior representatividade na revisão pesquisada, também influenciou a discussão do conceito de território em alguns autores brasileiros que debatem em seus trabalhos o conceito de território. Além de Raffestin, outros autores estrangeiros também se destacaram, como Robert Sack, Joel Bonnemaïson, Maria Laura Silveira, Jean Gottman e Friedrich Ratzel, apesar de quantitativamente não serem majoritários na revisão pesquisada.

Nesta perspectiva, o conceito de território para Claude Raffestin pode ser detectado na obra “Por uma Geografia do poder”, na qual o autor diferencia espaço de território, além de analisar o conceito de território por meio de uma ligação intrínseca com o poder. Segundo Haesbaert (2019), a proposta de Claude Raffestin em relação ao conceito de território é classificada como relacional.

Diante disso, a definição de território apontada por Raffestin (1993), no âmbito dos SINGA, embasou discussões sobre assentamentos rurais, reordenamento territorial, territórios indígenas, conflitos territoriais, luta pela terra, movimentos sociais, entre outros temas. Vale salientar que a presença do autor como referência no conceito de território nos estudos agrários foi verificada em 145 artigos, sendo um referencial constante ao longo do recorte bibliográfico selecionado, ou seja, esteve presente em todas as edições dos SINGA analisadas.

Na sequência, outro autor bastante referenciado ao tratar-se do conceito de território foi Rogério Haesbaert, o qual figurou como referência em 134 artigos analisados nos SINGA. A perspectiva integradora desenvolvida por esse autor foi bastante utilizada nos trabalhos do SINGA e de acordo com Barbosa e Cleps Júnior (2005):

O território é, portanto, fruto das interações políticas, econômicas e culturais. Neste ponto, vê-se em Haesbaert (2004) uma ligação com Raffestin (1993). Para esse autor, o território é compreendido considerando-se seus aspectos político ou jurídico-político, econômico e cultural ou simbólico-cultural. (BARBOSA; CLEPS JÚNIOR, 2005, p. 2)

Assim, é possível depreender que Haesbaert considera diversas dimensões para a conceituação de território na perspectiva integradora, nas palavras do autor: “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.” (HAESBAERT apud MANFIO; MEDEIROS, 2015, p. 3915).

No âmbito dos artigos dos SINGA, a utilização do conceito de território proposto por Rogério Haesbaert foi utilizada tanto por artigos voltados para uma perspectiva mais culturalista do estudo dos povos tradicionais, como o fez Ferreira (2015) no estudo dos territórios livres das quebradeiras de coco, até artigos voltados para reestruturação produtiva e modernização dos territórios, ou seja, temas relacionados à dimensão econômica, como fizeram Manfio e Medeiros (2015) e Albuquerque e Silva (2015) no estudo da vitivinicultura e dos territórios-rede da atividade leiteira, respectivamente. Essa situação revela a versatilidade e abrangência da proposta conceitual de Haesbaert acerca de território, fato que contribui para sua ampla presença em diversos estudos ligados ao campo.

Além de Haesbaert e Raffestin, teve destaque a proposta apresentada por Marcos Aurélio Saquet que, influenciado pela escola italiana de geografia, concebe o território relacionado às manifestações de qualquer tipo de poder nas distintas relações sociais, sejam econômicas, sociais, políticas, culturais e até ambientais. Em sua obra “Abordagens e concepções de território” o autor analisa detalhadamente o conceito de território, bem como sua trajetória e as principais referências teóricas presentes na geografia, na sociologia e até na economia que discutem o conceito. Acerca das principais vertentes do conceito, afirma Saquet (2020):

...foi possível apreender três grandes matrizes ou escolas das abordagens territoriais que foram efetivadas a partir dos anos 1950-70: a) a primeira, a partir das argumentações de J. Gottmann, R. Sack e N. Entrikin; b) a segunda, com os estudos de G. Deleuze, F. Guattari, M. Foucault, H. Lefebvre e C. Raffestin e, c) a terceira, com as abordagens de G. Dematteis, A. Bagnasco, F. Indovina, A. Magnaghi, G. Becattini e M. Quaini. A segunda comumente denominada de *escola francesa*, é mais conhecida e difundida no Brasil, sendo que há uma interação bastante significativa entre autores e argumentações do segundo e do terceiro grupos. (SAQUET, 2020, p.15-16)

Desse modo, Saquet aponta que, no contexto da produção científica geográfica brasileira, a escola francesa prevaleceu como referência na abordagem territorial, apesar de apontar ligações da terceira com a segunda escola. Na perspectiva do conceito proposto por ele, destacamos o seguinte trecho:

O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território. (SAQUET, 2020. P. 135)

Portanto, a abordagem proposta por Saquet apresenta o território ligado à noção de poder, como fizeram outros autores, mais precisamente ao exercício do poder por uma coletividade considerando-se sempre a categoria tempo, ou seja, a historicidade também é um ponto do conceito destacado em sua discussão, bem como a ideia da escalaridade do território.

Ademais, também cabe destacar que essa abordagem concebe o território como multidimensional, enfatizando-se a presença de algumas dimensões da realidade que podem ser destacadas no conceito, como a econômica, a política, a cultural, a ambiental e a social, com isso, não se restringe, por exemplo, o conceito a uma vinculação exclusiva à dimensão política do território, bem como a qualquer uma das outras citadas. Essa concepção é reforçada no seguinte trecho:

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários”. (SAQUET apud SÁ, 2017, p. 4)

Dessa forma, a ampla reflexão em torno desse conceito efetuada por Saquet acabou por influenciar também discussões em produções analisadas nos SINGA, como evidencia o gráfico 1, em que sua proposta aparece referenciando 66 artigos analisados. No entanto, cabe ressaltar que a sua influência ocorreu principalmente a partir do SINGA 2011 nos artigos vinculados à discussão de questões agrárias, ou seja, após a publicação da obra “Abordagens e concepções de território”, obra do autor que realiza uma discussão aprofundada acerca do conceito de território, de sua trajetória no pensamento geográfico internacional, com destaque para a análise das literaturas geográficas italiana e brasileira.

Ademais, especificamente nas aplicações do conceito proposto por Saquet nos trabalhos dos SINGA, Monteiro e Pêsoa (2011) destacam uma breve revisão sobre sua conceituação além de aplicá-la no estudo das territorialidades em um assentamento no estado de Goiás. Os autores enfatizam que para Saquet o território é também um produto histórico e uma condição de processos sociais, além de ser construído e apropriado socialmente por meio da territorialização. Portanto, a concepção de Saquet sobre território, de forma geral, engloba várias dimensões, variadas escalas, além de considerar a categoria tempo como relevante na sua construção coletiva e histórica.

Além disso, a partir da leitura dos dados do gráfico, outro autor que despontou com grande representatividade quanto à sua proposta conceitual de território utilizada nos trabalhos dos SINGA foi Milton Santos, o qual esteve presente, no âmbito da discussão do conceito de território, em 79 artigos e em todas as edições analisadas.

Nesse sentido, vale lembrar que para Santos (2019) o território é o chão mais a população, sendo considerado a base do trabalho, da residência e das trocas materiais e espirituais sobre as quais ele influi. No âmbito de sua utilização nos artigos analisados dos SINGA, o conceito de território proposto por Milton Santos foi utilizado em distintas pesquisas referentes a temáticas como reforma agrária, territorialização camponesa, território econômico e questões territoriais em assentamentos.

Na sequência, três autores fecham os dados do gráfico sobre a utilização do conceito de território: Marcelo Lopes de Souza, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes. Esses teóricos, a partir de suas reflexões sobre território, influenciaram também diversos artigos em seus referenciais teóricos e conceituais. No âmbito da proposta de Marcelo Lopes de Souza, seu conceito de território serviu como base para discussão de 44 trabalhos analisados. Acerca do conceito de território, destaca Souza (2001), em um capítulo do livro “Geografia: conceitos e temas”, que o território pode ser compreendido como espaços fundamentalmente delimitados e definidos por e a partir de relações de poder.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a definição de “poder” utilizada por Souza está embasado na discussão de poder feita pela filósofa Hannah Arendt, que concebe que a violência não é uma indicação do domínio do poder, mas na verdade indica que quando ela é utilizada é uma decorrência da perda do poder. Acerca da acepção de território para Souza, destacam Bordo et al (2012):

A abordagem de Marcelo Lopes de Souza (2001) sobre o território é política e também cultural, visto que este autor identifica, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais. (BORDO et al, 2012, p. 3)

Assim, compreendemos que a discussão de Souza acerca de território, além de valorizar o aspecto político do território, proporciona destaque para seus aspectos culturais através das territorialidades cíclicas e flexíveis, como o estudo das territorialidades da prostituição. Assim, especificamente nos artigos analisados, o conceito de território proposto pelo autor supracitado aparece como base em artigos referentes à territorialização camponesa, dinâmicas territoriais e processos de territorialização dos movimentos dos atingidos por barragens, entre outros.

Entretanto, acerca do conceito proposto por Souza (2001), é essencial mencionar que apesar de considerar outras dimensões na constituição dos territórios, a dimensão política é a que prevalece como principal na sua proposta conceitual, fato que não renega as demais dimensões. Sobre esta perspectiva, aponta Marcelo L. de Souza (2009) ao afirmar que essa alegação constitui um equívoco, tendo em vista que a separação entre o que é “cultural”, “econômico” e “político”, da maneira como tem sido feita, é cartesiana, artificialmente preocupada em separar o que é distinguível, mas não é propriamente separável.

Além dessa perspectiva de Marcelo L. de Souza, tem importância a proposição de território do geógrafo agrário Bernardo Mançano Fernandes, que discute suas principais características em diversos textos nos quais relata sua concepção acerca do conceito, seus atributos e importância para os estudos agrários. Acerca de território, destaca Fernandes:

O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as idéias transformando em território até mesmo as palavras. As idéias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais. Os paradigmas são territórios. (FERNANDES, 2005, p. 27)

Assim, Fernandes ressalta o caráter político do conceito de território relacionando-o com as relações poder, de dominação e de controle político, assim como outros autores, mas também evidencia o seu caráter cultural e social através de uma leitura paradigmática do conceito de território. Ademais, de forma sintética, ele conceitua território, como:

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (FERNANDES, 2005, p. 27)

Desta forma, B. M. Fernandes ressalta o território como um espaço de conflitualidades, com limites, fronteiras e apropriado por determinadas relações sociais. Além disso, vale salientar que a proposta conceitual de Fernandes tem como referência o conceito de território proposto por Raffestin (1993), que também associa o território com a noção de poder.

No âmbito dos trabalhos dos SINGA analisados, quarenta e seis embasaram-se no conceito de território proposto por B. M. Fernandes para o desenvolvimento de suas discussões que, entre outras, pesquisaram questões relativas a conflitos socioambientais, territorialidades, movimentos socioterritoriais e contrarreforma agrária. A presença de sua discussão ocorreu nas seis edições do



SINGA analisadas, sendo que a maior parte dos artigos que utilizaram o conceito proposto por ele foram publicados nos anais da edição de 2013, em um total de quinze artigos.

Por fim, destacamos outro importante geógrafo que teve influência na utilização de sua conceituação de território nos artigos analisados e que também foi bastante utilizado como referencial para tratar de dois processos atuantes no campo brasileiro, a territorialização do capital e a monopolização do território pelo capital.

No desenvolvimento das leituras dos artigos selecionados, percebemos que a discussão do conceito de território por Oliveira possui duas vertentes específicas, ou seja, ele propõe não apenas um conceito de território, mas dois que apresentam perspectivas distintas quanto às dimensões valorizadas. Abaixo, segue uma das conceituações propostas pelo autor:

Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. (OLIVEIRA, 2000, p.13)

Essa conceituação, apresenta o território como um produto concreto da luta de classes no modo capitalista de produção, além de apontar que a configuração específica do território é alcançada através das relações sociais de produção e do processo contraditório de desenvolvimento das relações sociais de produção, ou seja, é uma conceituação que ressalta a relação entre o conceito de território e a forma de organização da sociedade baseada no modo capitalista de produção.

Nessa perspectiva, o conceito proposto apresenta influências teóricas da teoria marxista, no âmbito da luta de classes por exemplo, que inclui o proletariado, a burguesia e por último, mas não menos importante, o campesinato<sup>3</sup> que é considerado tanto por Karl Marx quanto por Oliveira (2000) como uma classe social em oposição à difundida ideia de que no modo capitalista de produção haveria somente duas classes sociais (burguesia e proletariado).

Ademais, Oliveira também aponta outra conceituação de território, especificamente de território indígena, como segue abaixo:

---

<sup>3</sup> Segundo Bombardi (2003, p. 110-111) “Esta concepção do campesinato, enquanto classe social, é um dos alicerces que fundamenta o rol de hipóteses centrais desta discussão, uma das quais está assentada na premissa de que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção. Neste entendimento, sabemos que o capitalismo carrega consigo a necessidade constante de sua reprodução, sua manutenção só se estabelece reproduzindo também o processo de produção do capital.”

E o território indígena tem uma particularidade: o de ser coletivo e pertencer igualmente a todo o grupo. Não existe a propriedade privada entre os índios. Todos têm acesso à terra, e esse acesso é efetivado através do trabalho e de ocupação de fato de uma determinada porção do território tribal. Os grupos indígenas também têm diferentes formas de concepção de seu território (OLIVEIRA apud LIRA, 2005, p. 4)

Portanto, Ariovaldo U. de Oliveira assevera que o conceito de território aplicado aos povos indígenas possui uma configuração totalmente distinta do conceito de território vinculado ao modo capitalista de produção. Nessa perspectiva, podemos ressaltar que território indígena é coletivo, tem forte carga simbólica e pode ser fixo, com fronteiras definidas ou com fronteiras indefinidas.

#### 4.1 TEMÁTICAS E ABORDAGENS TEÓRICAS NOS SIMPÓSIOS INTERNACIONAIS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA VINCULADOS AO CONCEITO DE TERRITÓRIO

No desenvolvimento da pesquisa, procuramos identificar quais as principais temáticas vinculadas às discussões do conceito de território, nos artigos de geografia agrária dos SINGA analisados, a fim de obtermos um panorama das temáticas debatidas ligadas a este importante conceito.

Nesse contexto, as principais temáticas presentes nos artigos que faziam revisões aprofundadas do conceito de território foram: assentamentos rurais, conflitos territoriais, movimentos sociais, questões relacionadas às comunidades indígenas, comunidades quilombolas, agroecologia e campesinato, entre outras. Abaixo segue um diagrama que ilustra algumas das principais temáticas presentes nos artigos analisados:

Diagrama 1 – Principais temáticas em que o conceito de território foi discutido



Fonte: Anais dos SINGA (2005-2019)  
Elaboração: SILVA, João E. C.

Destarte, grande parte dos artigos que tratavam de estudos relacionados a assentamentos rurais, conflitos territoriais, campesinato e os demais citados discutiram de forma mais detalhada o conceito de território em seus referenciais teóricos, a fim de embasar as pesquisas desenvolvidas. Contudo, vale destacar que essas temáticas não foram trabalhadas, em sua maioria, de modo isolado, mas através de perspectivas integradas entre as temáticas, por exemplo, a agroecologia aparece muitas vezes relacionada à discussão do campesinato, o mesmo acontece com outras temáticas.

Ademais, é interessante ressaltarmos a presença, além dessas temáticas, das abordagens em torno dos processos da territorialização do capital/territorialização de monopólios e da monopolização do território que estiveram presentes em muitos artigos da revisão pesquisada explicando dinâmicas atuantes no campo. No levantamento bibliográfico, constatamos que 133 trabalhos mencionaram a teoria da territorialização de monopólios e 96 trabalharam com a teoria da monopolização do território na agricultura.

Nesse quadro, detectamos que o autor mais recorrente utilizado para embasar teoricamente essas pesquisas foi Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o qual, como já ressaltado ao longo deste trabalho, analisou detalhadamente os dois processos que ocorrem no campo por meio da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção.

Quadro 2 – Autores recorrentes no embasamento teórico acerca da monopolização do território e territorialização do capital nos trabalhos dos SINGA.

<b>Territorialização do capital →</b>	Ariovaldo U. de Oliveira
	Bernardo Mançano Fernandes
	Emília Moreira
	Eliane Tomiasi Paulino
<b>Monopolização do território →</b>	Ariovaldo U. de Oliveira
	Eliane Tomiasi Paulino

Elaboração: Autor

A partir das informações expostas no quadro e das obtidas no levantamento bibliográfico, podemos constatar a prevalência da discussão proposta por Ariovaldo Umbelino de Oliveira acerca dos dois processos, constando sua discussão em artigos de todas as edições analisadas. Outro autor que recorrentemente foi utilizado para embasar a discussão acerca da territorialização do capital foi Bernardo Mançano Fernandes. Além destes, Eliane Tomiasi Paulino e Emília Moreira também foram autoras que influenciaram trabalhos analisados que discutiram monopolização do território e territorialização do capital.

Essas abordagens teóricas, segundo Oliveira (2016a), elucidam processos recorrentes em distintos setores da atividade agrícola brasileira, que vão desde a cultura canavieira e os setores de papel, madeira e celulose, onde impera a territorialização de monopólios, até outros gêneros agrícolas importantes no campo brasileiro, como a soja, o milho e o café em que predominam, por exemplo, a monopolização do território pelo capital.

Portanto, verificamos a centralidade que o conceito de território adquiriu por embasar a discussão teórica acerca desses dois processos que são primordiais para compreender a lógica do avanço do modo capitalista de produção no campo<sup>4</sup>. Para isso, segundo Oliveira (2001), é essencial analisar também processos como industrialização da agricultura e mundialização da economia, pois ambos os processos estão vinculados ao avanço do capital no campo.

---

<sup>4</sup> Para Oliveira (2007) o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo é o processo de sujeição da renda da terra ao capital, tanto pela compra e venda de terras, quanto pela subordinação da produção camponesa.

Portanto, a partir da análise dos principais resultados da pesquisa, constatamos que o conceito de território vem assumindo gradualmente centralidade nos estudos agrários publicados nos anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária ao longo do recorte temporal analisado (2005 -2019). Neste âmbito, constatamos um crescimento, dentro do contexto das edições do evento analisadas, do número de publicações que citam e se embasam no conceito de território.

Nesse contexto, território junto à região e espaço foram as categorias predominantes detectadas em todos os trabalhos completos e resumos analisados. Ademais, em todas as edições dos anais analisados, considerados individualmente, essas três categorias predominaram. As demais categorias (paisagem e lugar) tiveram a menor representatividade no âmbito da totalidade dos resultados detectados ao longo do recorte bibliográfico pesquisado.

Dentro do contexto do conceito de território, detectamos a prevalência da abordagem proposta por Claude Raffestin que vincula território e poder, além de diferenciar território de espaço. Essa proposta conceitual foi majoritária nos trabalhos que analisavam o conceito de território de forma aprofundada, além de ser responsável por influenciar outros autores que conceituaram território. Ademais, outros pensadores como Rogério Haesbaert, Marcos Aurélio Saquet, Milton Santos e Marcelo Lopes de Souza apareceram em distintos trabalhos como referenciais teóricos importantes para embasar a discussão acerca do conceito de território.

No campo dos autores da geografia agrária, destacaram-se Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, autores cuja discussão acerca do conceito de território também foi detectada ao longo da análise de diversos trabalhos analisados, cujos conceitos possuem amplas vinculações com a perspectiva crítica da geografia agrária, contribuindo para reforçar a ligação dos próprios SINGA e dos trabalhos publicados nos mesmos com a geografia agrária crítica.

Além disso, a influência do pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira foi além no sentido de basilar a análise teórica de dois processos em curso no campo brasileiro e que são fundamentais para compreender o avanço do capitalismo no campo: a territorialização de monopólios na agricultura e a monopolização do território na agricultura.

Ambos os processos, embasados no conceito de território, foram citados em 229 pesquisas que tiveram como referência central o pensamento de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, autor que analisa o campo brasileiro a partir de uma perspectiva dialética e que faz parte de uma corrente da geografia agrária que visualiza o campesinato como classe permanente dentro do modo capitalista de produção: *a teoria da criação e recriação do campesinato e do latifúndio*.

Destarte, em linhas gerais, verificamos que o conceito de território possui sim centralidade ao longo do recorte bibliográfico analisado, possuindo amplas vinculações com a geografia agrária crítica, através de autores ligados à perspectiva crítica-marxista. A presença de outras correntes de pensamento no recorte também foi detectada, principalmente, a corrente cultural, que teve relevância em diversos trabalhos analisados.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa apontam perspectivas teóricas que têm prevalecido no campo da geografia agrária quando se trata da aplicação do conceito de território. Todavia, esses resultados podem ser ampliados com a análise da totalidade de publicações dos anais disponíveis dos SINGA em suas nove edições realizadas até o momento da redação desta monografia. Assim, esse é um dos percursos teóricos que pretendemos seguir, refletindo e contribuindo com a história do pensamento geográfico da geografia agrária.



- ANDRADE, M. C. de. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2004, 135 p.
- ANDRADE, M. C. de. Geografia: ciência da sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, 246 p.
- ALBUQUERQUE, B. M. C. de; SILVA, C. A. F. da. A evolução dos território em rede da atividade leiteira em Valença (RJ). In: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária - Goiânia, 30 de outubro a 03 de novembro de 2015.
- BARBOSA, Cristiano; CLEPS JÚNIOR, J. Cooperativismo e desenvolvimento territorial: uma análise das potencialidades e experiência da cooperativa de crédito rural de São Roque de Minas Serra da Canastra. In: In: anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.
- BOMBARDI, L. M. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In: FERNANDES, B. M; MARQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C. Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 315-337.
- BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 14, pp. 107-117. 2003
- BOMBARDI, L. M. Contribuição à historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. AGRÁRIA, São Paulo, no 8, p. 99-121, 2008.
- BORDO, Adilson Aparecido et al. As diferentes abordagens do conceito de território. Disponível em: < <https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/as-diferentes-abordagens-do-conceito-de-territo3b3rio.pdf> >. Acesso em 17 de julho de 2021.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013.
- FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: TEORIAS, PROCESSOS E CONFLITOS. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.
- FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n.6, p.24-34 jan./jun. 2005. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460/1436> >. Acesso em 29 de agosto de 2021.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005. Disponível em: < <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf> > .Acesso em 29 de agosto de 2021.

FERREIRA, L. C. G.; SOBRINHO, F. L. A. A reestruturação territorial da microrregião Ceres, Goiás, pela dinâmica do setor sucroenergético – a partir das colônias agrícolas nacionais. In: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária - Goiânia, 30 de outubro a 03 de novembro de 2015.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* - Ano IX - No 17 – 2007, P. 19 -46

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: TEORIAS, PROCESSOS E CONFLITOS**. São Paulo: Expressão Popular, p. 95-120.

HAESBAERT, R. da Costa. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019, 396 p.

LIMA, A. B. de. Camponeses e Feiras Agroecológicas na Paraíba. 2017. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01022018-114224/publico/2017\\_AlineBarbozaDeLima\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01022018-114224/publico/2017_AlineBarbozaDeLima_VCorr.pdf)>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

LIRA, Elizeu Ribeiro. A Geografia, o território capitalista e o território indígena. In: anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

MANFIO, Vanessa; MEDEIROS, R. M. Vieira. A vitivinicultura e a articulação de um novo território na campanha gaúcha. In: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária - Goiânia, 30 de outubro a 03 de novembro de 2015.

MARQUES, M. I. M. Geografia agrária crítica: um pouco de história. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 22, n. 3, p. 504-514, dez. 2018.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MONTEIRO, R. de Melo; PÊSSOA, V. L. Salazar. Territorialidades estremecidas: as relações de poder no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). In: Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Belém, 7 a 11 de novembro de 2011.

OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001, 164 p.

OLIVEIRA, A. U. de. A Fronteira Amazônica Mato-grossense: Grilagem, Corrupção e Violência. São Paulo: Iandé Editorial, 2016c, 426 p. Disponível em:<<https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/A%20FRONTEIRA%20AMAZ%C3%94NICA%20MATO%20GROSSENSE.pdf>>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, A. U. de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776>>. Acesso em 12 de julho de 2021.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. (Org.). *Novos caminhos para a geografia*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 112– 115.

OLIVEIRA, A. U. de. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016a, 545p. Disponível em: <<http://agraria.fflch.usp.br/node/33>>. Acesso em: 26 de junho de 2020.

OLIVEIRA, A. U. de. Crítica ao “Estado isolado” de Von Thünen: Contribuição para o estudo da Geografia Agrária. São Paulo: Iandé Editorial, 2016b, 530 p. Disponível em:<<https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/CR%C3%8DTICA%20AO%20ESTADO%20ISOLADO%20DE%20VON%20THUNEN.pdf> > .Acesso em 29 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI “Perspectivas da Geografia Agrária” no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio 12 Internacional de Geografia Agrária – “O Campo no Século XXI”, realizado em São Paulo, 05 a 08/11/2003

OLIVEIRA, A. U. *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p.

POMPEIA, C. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021,392 p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SÁ, A. Alves de. Criar, fazer e viver: um olhar sócio-jurídico sobre o conflito entre o modelo territorial estatal e os territórios das comunidades de Fundo de Pasto da região do médio São Francisco (Bahia- Brasil). In: *Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba*, 1 a 5 de novembro de 2017.

SANTOS, M. O retorno do território. In: *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998, 332 p.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2019, 174 p.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. Rio de Janeiro, RJ: Consequência editora, 2020, 244 p.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2, 2005, Presidente Prudente. *Anais eletrônicos...Presidente Prudente: UNESP, 2005*. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/port\\_anais\\_eixos.htm](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/port_anais_eixos.htm) >. Acesso em: 03 out. 2020.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Questões agrárias na panamazônia no século XXI: usos e abusos do território, 5, 2011, Belém. *Anais*. Belém: ed. Açaí, 2011.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Questão Agrária no Século XXI; escalas, dinâmicas e conflitos territoriais, 6. 2013. JoãoPessoa. *Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba*, 2013.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Jornada das águas e comunidades tradicionais, 7, 2015, Goiânia. *Anais...Goiânia: Universidade Federal de Goiás*, 2015.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9, 2017, Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba, UFPR, 2017. Disponível em: <https://singa2017.wordpress.com/>. Acesso em: 04 de out. 2020.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: para além das cercas que nos cegam: as naturezas das r-esistências no campo na América Latina, 10, 2019, Recife. Anais eletrônicos. Recife, UFPE, 2019. Disponível em: < <https://www.singa19.com.br/anais/trabalhos/trabalhosaprovados?simposio=19> >. Acesso em 04 out. 2019.

SOUZA, J.G. de. Limites do território. AGRÁRIA, São Paulo, nos 10/11, pp. 99-130, 2009. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/155/155> >. Acesso em 10 de julho de 2021.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

SOUZA, M. J. L. de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular: UNESP, 2009, p.57-72.

SPÓSITO, Eliseu S. Geografia e Filosofia: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Edunesp, 2004, 218 p.

SPÓSITO, E. Savério; SAQUET, M. A. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.84-112, ago./dez.

VINHA, J. F. de S. C. ENGA e SINGA: os eventos como espaços de debate paradigmático da Geografia Brasileira. In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.

REALIZAÇÃO:

**SEVEN**  
publicações acadêmicas

ACESSE NOSSO CATÁLOGO!



[WWW.SEVENPUBLI.COM](http://WWW.SEVENPUBLI.COM)

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.